



CULTURAS TRADICIONAIS E INSEGURANÇA ALIMENTAR

um breve estudo da alimentação entre pescadoras.

Maria de Fatima Massena deMelo¹

Hulda Helena Coraciara Stadtler²

Marcílio José da Silva³

Depois que compreendemos que a nossa relação com o alimento e suas fontes não é só de satisfação de necessidades básicas ou de energia biológica passamos a avaliar os diversos *deslocamentos* sofridos, historicamente, para sua aquisição e ingestão (Roberts, 2009). No Brasil, muitos desses deslocamentos atingem soberanas construções culturais, especialmente entre pescadoras artesanais, tendo sido causados por modelos de desenvolvimento agrícola adotados, que incentivam a pesca industrial, a piscicultura e aqüicultura contribuindo para gerar pobreza, concentrar riqueza, degradar o meio ambiente e reproduzir desigualdades de gênero, etnia e geração. Estamos falando de culturas diversas, culturas tradicionais, aculturações, códigos, valores atribuídos aos alimentos, preceitos religiosos *crossculturais*, mudanças no modo de produção, técnicas agrícolas e agropecuária, períodos históricos e de guerras, sociedade industrial e de classe, mercado local e global além dos outros aspectos geográficos, ambientais, climáticos, demográficos, raciais, de gênero e étnicos todos os que envolvem *soberania alimentar*. A potencialidade de alimentar a população de um país é um problema de Estado.

Para contar a história dos alimentos nessa perspectiva seriam necessários volumes de materiais analisáveis por diferentes ângulos. Contudo, Paul Roberts (2009), lança luz sobre como avaliar certos *deslocamentos* nos sistemas de produção de alimentos, frente a uma nova crise mundial de produção de proteínas de origem animal e calórica. O primeiro deslocamento se deu com a passagem de períodos mais vegetarianos para a supervalorização da carne. Além da escassez deveremos enfrentar crises ambientais que nos levarão a rever nossa forma de produzir e consumir alimentos até 2050.

¹ Economista Doméstico, Professora do Departamento de Ciências Domésticas da UFRPE, Mestre em Administração Rural e Comunicação Rural/UFRPE, Email – fatimaefilhos@bol.com.br.

² Psicóloga, Professora do Departamento de Educação da UFRPE, PhD em Antropology/University of London, Email stadtler@oi.com.br.

³ Psicólogo, Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local/UFRPE, Email – marciliops@hotmail.com



“Da mesma forma, se nossa liberação do tempo e do ônus do processamento caseiro e da preparação libertou os consumidores da classe média, também subverteu uma peça crucial de nossa estrutura social. Muitas das coisas que dizemos valorizar – relações familiares, identidade cultural, diversidade étnica – estavam todas intimamente relacionadas a preparar e consumir comida e agora estão mudando à medida que terceirizamos cada vez mais o preparo de alimentos para restaurantes e cozinhas industriais.” (Prólogo).

Roberts (2009) aponta ainda duas grandes crises por falta de proteína animal para alimentar a todos na história recente da humanidade. Entre 1500 e 1750 a população mundial praticamente dobrou de 500 para 800 milhões. Já não havia grãos para alimentar os rebanhos e produzir o suficiente em termos de oferecer carne suficiente per capita. Uma nova crise recomeça por meados do século XIX e muitas das famílias trabalhadoras da Europa viviam de amido, pois gastavam quase metade da renda para comprar pão. Nesse período, a pesca ainda ocorria de uma forma artesanal e não dava conta de substituir a produção de proteínas. Mais recentemente, meados do século passado, a pesca industrial tem tomado o mesmo formato dado à *revolução verde* na agricultura industrializada. Os híbridos, os fertilizantes à base de petróleo, os agrotóxicos, os transgênicos e substâncias como a tetraciclina e alguns antibióticos aumentaram a produção de grãos destinados ao alimento dos animais e conseqüentemente o aumento dos rebanhos e criatórios *de confinamento*.

Vai parecer muito brusco indicarmos agora nosso interesse pelo tema, mas na verdade, os relatos em Roberts (2009:3-28) sobre previsão da escassez de caloria animal para suportar os índices hoje de aproximadamente 80 kg de carne per capita ao ano, alarmam o planeta por sugerir grandes problemas ambientais, climáticos e baixa biodiversidade.

Talvez devamos iniciar a apresentação das informações e dos problemas que encontramos sobre a alimentação entre as pescadoras, que entrevistamos durante a pesquisa⁴ em diversas comunidades de pescadoras/es do estado de Pernambuco, considerando fatores sociais, econômicos e culturais. São mulheres pescadoras do Sertão (Jatobá, Petrolândia e Pedrinhas); de norte a sul do Litoral pernambucano (Rio Formoso, Itapissuma, Porto Jatobá, Itamaracá, Barra de Serinhaém, Tamandaré, São José), e em três comunidades que ficam entre a Mata e o Agreste e que residem ao redor de barragens (Lagoa do Carro, Lagoa de Itaenga e Belo Jardim). Ao todo 80 mulheres foram entrevistadas com relação ao seu perfil profissional, escolaridade, habitação, condições sócio-econômicas, transmissão dos saberes pesqueiros para a geração mais jovem e acesso à programas de transferência de renda do governo.

Temos avaliado o consumo de alimentos de pescadoras, a partir das entrevistas, oficinas e observação direta, e temos concluído, que: o pescado está sumindo e as pescadoras são grupos em situação de insegurança alimentar embora as políticas públicas para o setor pesqueiro proponham

⁴ Pescadoras do Espaço Público: gênero, identidade, saber e geração. UFRPE/NEGA - CNPq.



garantir trabalho e renda. É difícil o acesso aos programas e projetos que objetivam apoiar a pesca artesanal, pois as exigências para este acesso não consideram suas especificidades sócio-culturais e, desta forma, não contribuem para a equidade econômica e social, garantindo direitos e justiça para as pescadoras artesanais.

É forte a condição de pobreza e a busca por garantir a sobrevivência. 64% das pescadoras entrevistadas possui renda familiar de até um salário mínimo, 34% até dois e apenas 2% mais de três.

Quando perguntamos sobre quanto ganham com a pesca verificamos como este ganho é precário, pois 33,3% ganha entre R\$ 20,00 a R\$ 30,00 por semana; 44,9% R\$ 40,00 a R\$ 60,00; 16% mais de R\$ 80,00 e apenas 4% ganha mais de R\$ 150,00. Para garantir aumento da renda e do consumo familiar as pescadoras têm recorrido ao trabalho em outras atividades, como: artesanato, trabalhadora doméstica, agricultura, comércio, entre outras. Mesmo diante disto, a renda familiar é precária.

A perda da atividade pesqueira, pois faltam recursos para substituir o que conseguiam apenas com a pesca artesanal, vai se somando a ausência de proteína animal indicando insegurança alimentar.

Acreditamos que aqui cabe uma noção dos termos que temos empregado como *segurança* e *insegurança* alimentar. O termo *segurança alimentar* começa a aparecer nos escritos após a Conferência Mundial de Alimentação, realizada em Roma, 1974. O conceito consolidado naquele momento foi

“A segurança alimentar, nos níveis individual, familiar, nacional, regional e global, é alcançada quando todas as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos inócuos (que não oferecem riscos à saúde) e nutritivos para satisfazer suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, para uma vida ativa e saudável”. (Relatório da Cúpula Mundial de Alimentação, 1986).

Discutindo sobre o direito ao acesso regular e permanente a alimentos Duarte e Azevedo (2005) acrescentam que este não deve comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural sendo ambientalmente, culturalmente, economicamente e socialmente sustentáveis.

A Insegurança Alimentar pode ser medida também pelo nível de preocupação e tensão experimentado pela percepção de que os alimentos podem acabar antes que haja recursos para repô-los. Esse aspecto tem levado a afirmar que na insegurança alimentar existe uma dimensão sócio-psicológica que pode ser avaliada pelo nível IA relativa ao comprometimento da qualidade da dieta, e por fim, restrição a quantidade levando a fome aos grupos domésticos: IA leve, moderada e grave. Algumas vezes levando às casas a fome crônica.



No Brasil, conforme reflexões embasadas nos dados do IBGE-2004, a segurança alimentar (SA) tem muita correlação com a percepção do provedor/a da casa sobre a quantidade e a qualidade dos alimentos que devem ser consumidos. Por isto, ao entrevistarmos as mulheres e perguntarmos quem faz as compras, visávamos atingir esta correlação. Informações sobre a quantidade consumida e adquirida, despesas outras e rendimentos são indispensáveis na compreensão da dinâmica desse consumo. Relatos de pescadoras mostram esta realidade.

“se não fosse o feijão com arroz a gente não tinha força para trabalhar” (pescadora de Jatobá)

“comer carne vermelha é coisa de rico, a gente nem tem dinheiro direito para comprar o feijão...” (pescadora da praia de São José da Coroa Grande)

De acordo com Dutra de Oliveira e Marchini (1998) o consumo da mistura arroz com feijão torna a alimentação bastante equilibrada em proteína e energia, além de fornecer, também, alguns minerais, vitaminas e fibras. Mas, comparando o consumo de alimentos fontes de proteínas (construtores) e de minerais e vitaminas (reguladores) observamos que o consumo diário de carne, leite e derivados, frutas e verduras/legumes é pouco freqüente entre as pescadoras demonstrando insegurança alimentar.

Conforme o PNUD-2004 a escolaridade do provedor/a também parece elemento importante na condução desse consumo. As pescadoras que participaram da pesquisa em sua maioria, 56,6%, cursaram o fundamental menor incompleto e possuem renda familiar que varia de até um salário mínimo, 64% delas e até dois 34,8%. Aqui se apresenta a dificuldade de garantir ocupação com maior remuneração, pela baixa escolaridade e o trabalho em multi-atividades, de baixa remuneração, para garantir a sobrevivência.

Soma-se a isto, o fato da renda com a pesca ser pequena, 75% das pescadoras entrevistadas ganham entre R\$ 30,00 e 50,00 reais por semana. De qualquer modo, pensar na quantia mensal entre R\$120,00 e 200,00 reais com a pesca e somá-la a *bolsa família* R\$95,00 a 165,00, quando abatido o total do salário mínimo R\$510,00, deixa pequena margem para contribuição monetária masculina na renda familiar, menos que metade de um salário. Para surpresa se verifica que um bom número das mulheres com renda familiar acima de dois salários (32,1%) não tem companheiro pescador em casa. A presença de companheiro pescador mantém a renda até um salário. Algumas que vivem em zona rural parecem obter o restante de sua renda da agricultura, mas o número de mulheres agricultoras é muito pequeno (12,8%). O que parece indicar que a associação agricultura e pesca eleva o rendimento familiar. Duas mulheres de renda familiar superior a três salários vivem com os companheiros e moram na zona rural. Uma delas tem um filho no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PET) e a outra não recebe auxílio social.



Ainda mais, algumas categorias de reflexão servem de norte para compreendermos a segurança alimentar: idade dos/as moradores, raça da entrevistada, composição familiar, condições de moradia e real consumo de alimentos. São mulheres jovens e adultas, que em sua maioria estão na faixa etária entre 15 e 29 anos no litoral e no agreste e sertão estão em idade superior a 30 anos.

Quanto à composição familiar, constatamos que 26 mulheres afirmam morar só com o companheiro (casal). São apenas dez as mulheres que dizem viver sozinhas com os/as filhos/as, outras 6 que vivem com filhos/as e familiares. As demais categorias estão sempre compostas pelo casal e filhos/as, familiares ou agregados/as.

O foco de provisão de proteínas de pescado tem sido deslocado para a aquíicultura e a piscicultura, fazendo com que a pesca, principalmente por meio artesanal, e a agricultura familiar sejam meios de subsistência bem abalados. Os maiores prejuízos até então, tem sido experimentados pelas pescadoras e as famílias por elas chefiadas.

“o dinheiro que eu ganho com a pesca não dá pra comprar muita coisa não, por isso eu planto macaxeira, batata doce, feijão, milho na beira do rio e é assim que a gente vai vivendo”(pescadora de Jatobá)

As mulheres pescadoras, apesar da pluralidade de atividades para garantir a sobrevivência: pesca, artesanato, serviços domésticos, agricultura e mesmo com o recurso adquirido através dos programas de transferência de renda, já que 64% das entrevistadas recebe a Bolsa Família, não conseguem garantir a segurança alimentar e nutricional.

“quando recebo o dinheiro da Bolsa Família compro um pedaço de carne de boi”(pescadora de Lagoa do Carro)

Os fatores não são poucos, mas neste momento destacamos especialmente três: alterações no meio ambiente, deslocamento na forma de conseguir o pescado (de captura para aquíicultura) e por fim, o desmantelamento nos processos culturais de obter alimento nas tradicionais comunidades de pescadores. Isto porque, são esses fatores que mais contribuem para aumentar a dificuldade de garantir a sobrevivência através do trabalho.

Como parte relevante para a pesquisa e já considerando o aspecto regional, consideramos o que diz resultado de pesquisa do IBGE (2004). Dos milhões de entrevistados, nove milhões e meio encontram-se entre IA moderada e IA grave, e destes 52% estão no Nordeste. No Nordeste também, a fome é bem mais rural que no sul do país. No sul as áreas urbanas apresentam maior insegurança alimentar. No caso das famílias analisadas pelo IBGE-2004 conclui-se que quando a pessoa de referência é do sexo feminino, e havia mais de 5 moradores na casa, quando em sua composição apresentam menores de 18 anos, observou-se os maiores índices de IA grave. Em nosso caso, entre as pescadoras, permanece o dado de que as mulheres que moram sozinhas com filhos/as são as que



têm menor condição financeira para aquisição de alimentos. E em termos de qualidade nutricional chega a ser chocante a ausência permanente de nutrientes essenciais.

Isto pode ser observado quando perguntamos sobre o consumo de pescado. A maioria das pescadoras informou que a falta de recurso financeiro é fator preponderante para que este alimento estivesse fazendo parte do cotidiano das refeições. Ou seja, comiam o pescado não porque gostavam ou pela qualidade nutricional, mas porque não tinham outra opção, pois quando tinham recurso disponível compravam carne de boi ou de frango e embutidos.

“Como peixe todo dia, não porque eu gosto, mas porque só tem isso, então tem que comer (Pescadora de São José da Coroa Grande)”.

“Os meus filhos não querem comer peixe todo dia, não. Por isso compro salsicha, mortadela e às vezes carne, porque eles gostam mais (Pescadora de São José da Coroa Grande)”.

“Sempre que posso compro carne de boi porque alimenta mais, é mais gostosa (Pescadora de São José da Coroa Grande)”.

Quase sempre, esses valores estão sendo transmitidos para as gerações mais novas podendo inclusive influenciar os hábitos alimentares locais, diminuindo inclusive o consumo de pescado entre as pessoas que sobrevivem da pesca.

Os relatos mostraram, em todas as comunidades, que há vinte, trinta anos atrás, havia uma maior diversidade de pescado. Hoje percebemos pouca variedade e redução da quantidade de pescado capturado pelas pescadoras e que isso está relacionado aos aspectos da interação com o meio ambiente, que tem causado sua degradação: construção de barragens, complexos portuários, aterro de mangues, especulação imobiliária, resíduos de fábricas, como também a criação de peixes em fazendas no mar e rios. São aspectos sempre presentes nos relatos das pescadoras.

Em nossa busca para compreendermos o que vem acontecendo com o acesso aos alimentos entre grupos de mulheres pescadoras e suas famílias o preparo e condição nutricional do que é consumido nos alarmou. Esses dados apontam diferenças regionais e culturais, mas também apontam semelhanças no consumo de alimentos processados e de rápido preparo.

O consumo de frutas fonte de minerais e vitaminas ocorre especialmente, no período de safra de forma *in natura* e, principalmente por meio de sucos no almoço. O mesmo ocorre com legumes e hortaliças, também fonte de minerais e vitaminas. Entre estas as mais consumidas nesta refeição diariamente estão coentro, pimentão, tomate, cebola e batata inglesa, utilizadas apenas para temperar o feijão e o arroz às vezes. A baixa ingestão de hortaliças pode causar o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como o *diabetes mellitus* e doenças cardiovasculares (BERNADON, et. al. 2009). Observamos que a renda é determinante para o acesso a esses



alimentos e que a não ingestão de frutas e hortaliças pode elevar o consumo de produtos industrializados.

Também observamos que há maior prevalência de insegurança alimentar em famílias pescadoras que recebem algum tipo de transferência de renda de programas sociais do governo. Relembramos que a Insegurança Alimentar é uma resultante de indicadores sócio-psicológicos, e que o fato das bolsas estarem associadas a programa de governo e não de Estado leva a uma sensação psíquica de insegurança: *até quando ficará a bolsa?* É a grande questão.

Considerações finais

Identificar e analisar causas da Insegurança Alimentar entre pescadoras artesanais foi o objetivo deste estudo. Concluímos que o processo de desenvolvimento econômico sobre áreas tradicionais de pesca é a principal razão dessa Insegurança. Dificuldades de acesso aos locais de trabalho e sua degradação são fatores que contribuem para a precariedade das condições necessárias para garantir a soberania alimentar pela renda obtida com a pesca. Impede também, que os alimentos oriundos da pesca e tradicionalmente preparados e consumidos por gerações pouco façam parte hoje do consumo alimentar das pescadoras. A ausência de transmissão de saberes de como melhor preparar esses alimentos não faz mais parte do cotidiano das mulheres e muitas iguarias têm desaparecido na padronização pelo turismo ao gosto do estrangeiro.

Quando perguntamos sobre as dificuldades que encontram para pescar, a maioria das mulheres, tanto as do mangue como as do rio, aponta a poluição dos rios e mangues como o maior problema enfrentado por elas. Os locais de trabalho, o peixe, os crustáceos e outras espécies estão se perdendo. Logo, inferimos que a Segurança Alimentar e Nutricional deve ser discutida na perspectiva do Direito Humano à Alimentação e da Soberania Alimentar, como também da proteção as soberanas construções culturais.

A interferência do gênero nas relações estabelecidas entre a produção e a reprodução torna invisível e limitam a participação das pescadoras na atividade pesqueira. Joan Scott (1995) destaca que o gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, ou seja, de relações. Acrescenta ainda, que por serem as relações de gênero instituídas historicamente, cabe neste sentido às mulheres o zelo e a manutenção do espaço doméstico e a perpetuação de condições favoráveis à reprodução.

A mulher trabalhadora da pesca desenvolve suas atividades tradicionais em precárias condições, pois os principais locais de trabalho das mulheres pescadoras, mangues e rios, são os



mais afetados com os problemas ambientais. Além disto, apesar da realização de multi-atividades para conseguir renda não conseguem garantir sobrevivência digna e como consequência a insegurança alimentar.

Bibliografia

DUARTE, A. M. T.; AZEVEDO, H. S. **Segurança alimentar em um assentamento rural: da produção ao consumo.** Anais do XVIII Congresso Brasileiro, VI Encontro Latino-Americano e IX Simpósio Estadual de Economia Doméstica. Francisco Beltrão: PR. UNIOESTE / ABED, 2005. p. 1-13.

DUTRA-DE-OLIVEIRA, J. E.; MARCHINI, J. S. **Ciências nutricionais.** São Paulo: SARVIER, 403 p. 1998.

IBGE. Relatório população, trabalho e rendimento, PNAD2004, segurança alimentar. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/supl_alimentar2004.pdf

PNUD. Relatório Desenvolvimento Humano, 2004. <http://www.undp.org/undp/hdro.2004.pdf>

ROBERTS, P. **O Fim dos Alimentos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Ed. SOS CORPO – Gênero e Cidadania. Recife, 1995, 30 p.